



## LICENÇA DE OPERAÇÃO – L.O. Nº 204/15-02

O INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS – IPAAM, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 3.785 de 24 de Julho de 2012, expede a presente Licença que autoriza a:

**INTERESSADO: Kenji Nishiki.**

**ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:** Rua Conde de Itaguá, nº 16, Flores, Manaus-AM.

**CNPJ/CPF:** 475.929.232-20

**INSCRIÇÃO ESTADUAL:**

**FONE:** (92) 99122-6771 /

**FAX:**

**REGISTRO NO IPAAM:** 1007.3002

**PROCESSO Nº:** 4890/T/14

**ATIVIDADE:** Culturas Temporárias.

**LOCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE:** Rodovia AM 070, Estrada do Caldeirão, km 03, MD, Zona Rural, Iranduba-AM.

**Coordenadas da Propriedade**

Ponto	Latitude (S)	Longitude (W)	Ponto	Latitude (S)	Longitude (W)
M-02	03°12'47,32"	60°12'46,35"	M-03	03°12'08,51"	60°12'56,61"
M-06	03°12'43,17"	60°12'28,72"	M-04	03°12'06,94"	60°12'37,87"

**FINALIDADE:** Autorizar a operação de um projeto de olericultura (cultivo de hortaliças) nos sistemas à campo aberto e cultivo protegido (diretamente no solo e em sistema hidropônico tipo fluxo Laminar de Nutrientes - NFT), em área de 3,66 ha.

**POTENCIAL POLUIDOR/DEGRADADOR:** Pequeno **PORTE:** Pequeno

**DADOS DO IMÓVEL/TERRENO:**

Módulo(s) Fiscal (is) do Imóvel (MF) 0,88	Percentual de Reserva Legal (%) 71,51
Área total da propriedade (ha) 70,4070	Área de uso atual (ha) 14,5800
Área de Preservação Permanente (ha) 6,83	Área de uso a desmatar (ha) 0,0000
Área de Reserva legal (ha) 50,3500	Área remanescente (ha) 5,4700

**PRAZO DE VALIDADE DESTA LICENÇA:** 02 ANOS.

### **Atenção:**

- Esta licença é composta de 13 restrições e/ou condições constantes no verso, cujo não cumprimento/atendimento sujeitará a sua invalidação e/ou as penalidades previstas em normas.
- Esta licença não comprova nem substitui o documento de propriedade, de posse ou de domínio do imóvel.
- Esta licença deve permanecer na localização da atividade e exposta de forma visível (frente e verso).

Manaus-AM,

12 AGO 2019  
  
Maria do Carmo Neves dos Santos  
Diretora Técnica

Juliano Marcos Valente de Souza  
Diretor Presidente



#### RESTRIÇÕES E/OU CONDIÇÕES DE VALIDADE DESTA LICENÇA – L.O Nº 204/15-02

1. O pedido de licenciamento e a respectiva concessão da mesma, só terá validade quando publicada Diário Oficial do Estado, periódico regional local ou local de grande circulação, em meio eletrônico de comunicação mantido pelo IPAAM, ou nos murais das Prefeituras e Câmaras Municipais, conforme art.24, da Lei nº.3.785 de 24 de julho de 2012;
2. A solicitação da renovação da Licença Ambiental deverá ser requerida num prazo mínimo de **120 dias**, antes do vencimento, conforme art.23, da Lei nº.3.785 de 24 de julho de 2012;
3. A presente Licença está sendo concedida com base nas informações constantes no **processo nº. 4890/T/14**.
4. Toda e qualquer modificação introduzida no projeto após a emissão da Licença implicará na sua automática invalidação, devendo ser solicitada nova Licença, com ônus para o interessado.
5. Esta Licença é válida apenas para a localização, atividade e finalidade constante na mesma, devendo o interessado requerer ao IPAAM nova Licença quando houver mudança de qualquer um destes itens.
6. Esta Licença não dispensa e nem substitui nenhum documento exigido pela Legislação Federal, Estadual e Municipal.
7. Manter integral as Áreas de Preservação Permanentes (nascentes, olhos d'água, cursos d'água, etc), conforme estabelecido no Art. 4º da Lei nº 12.651/12.
8. Proteger o solo da contaminação por substâncias tóxicas (combustível, óleos, graxas, inseticidas, tintas, produtos de limpeza e outros).
9. É expressamente proibida a queima e deposição inadequada de resíduos de qualquer natureza, devendo os mesmos ser acondicionados e direcionados a local ambientalmente adequado.
10. A aplicação, armazenamento, acondicionamento de resíduos e embalagens e transportes de agrotóxicos devem atender o disposto na Lei nº 7.802/89, regulamentada pelo Decreto nº 4.074/02 e na Lei Estadual nº 3.803/12.
11. Manter registro de entrega e recebimento das embalagens vazias de agrotóxicos utilizados na propriedade.
12. Renovar, até no máximo em 14 de maio de 2020, o "Contrato Particular de Cessão de Uso" do imóvel enviando cópia autenticada ao processo de licenciamento.
13. Tratar a regularização ambiental do imóvel atendendo, tempestivamente na Central do Proprietário/Possuidor, eventuais notificações decorrentes da análise do Cadastro Ambiental Rural do Sistema Nacional do Cadastro Ambiental Rural CAR/SISCAR.